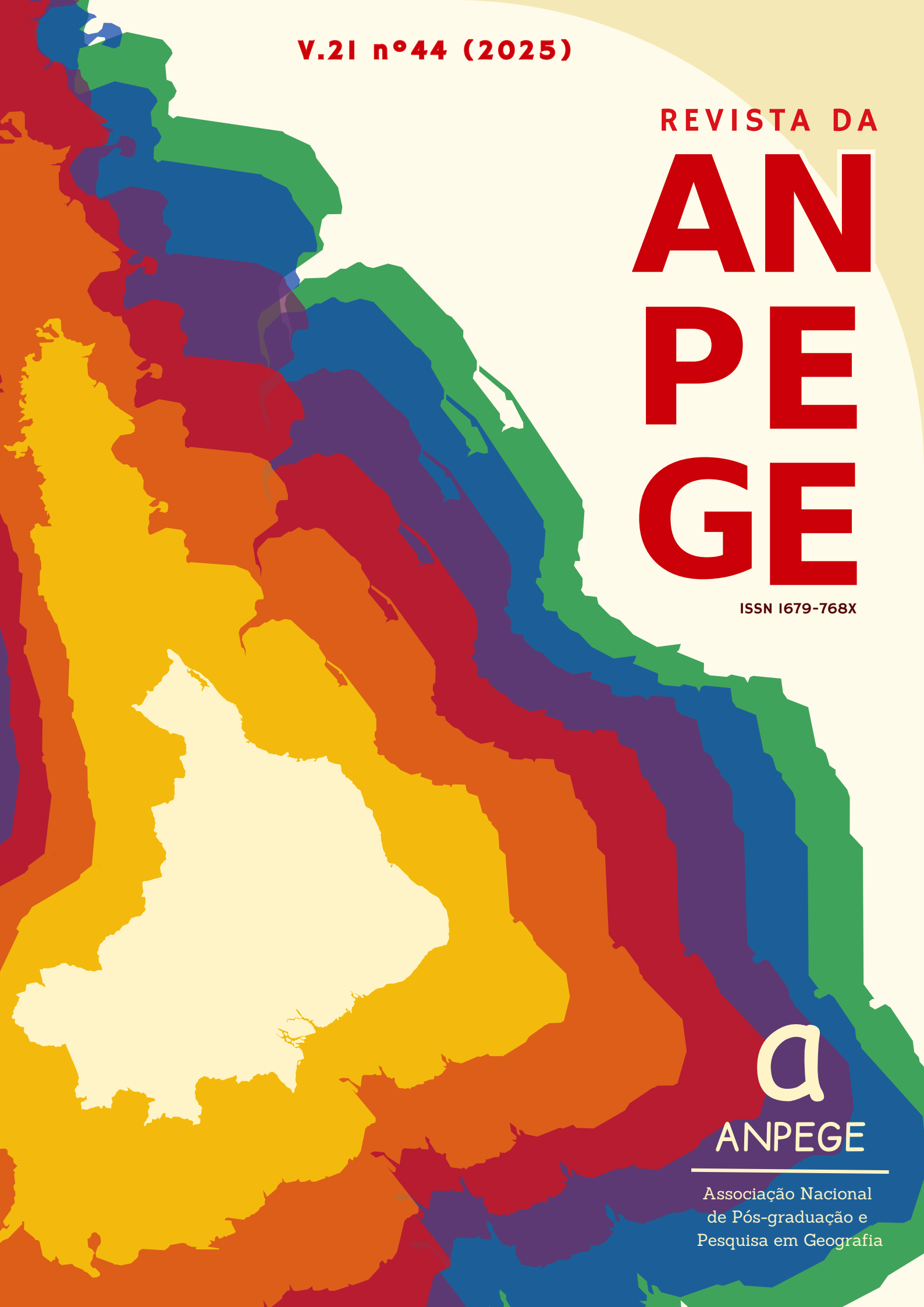
V.21 nº44 (2025)

REVISTA DA ANPEGE

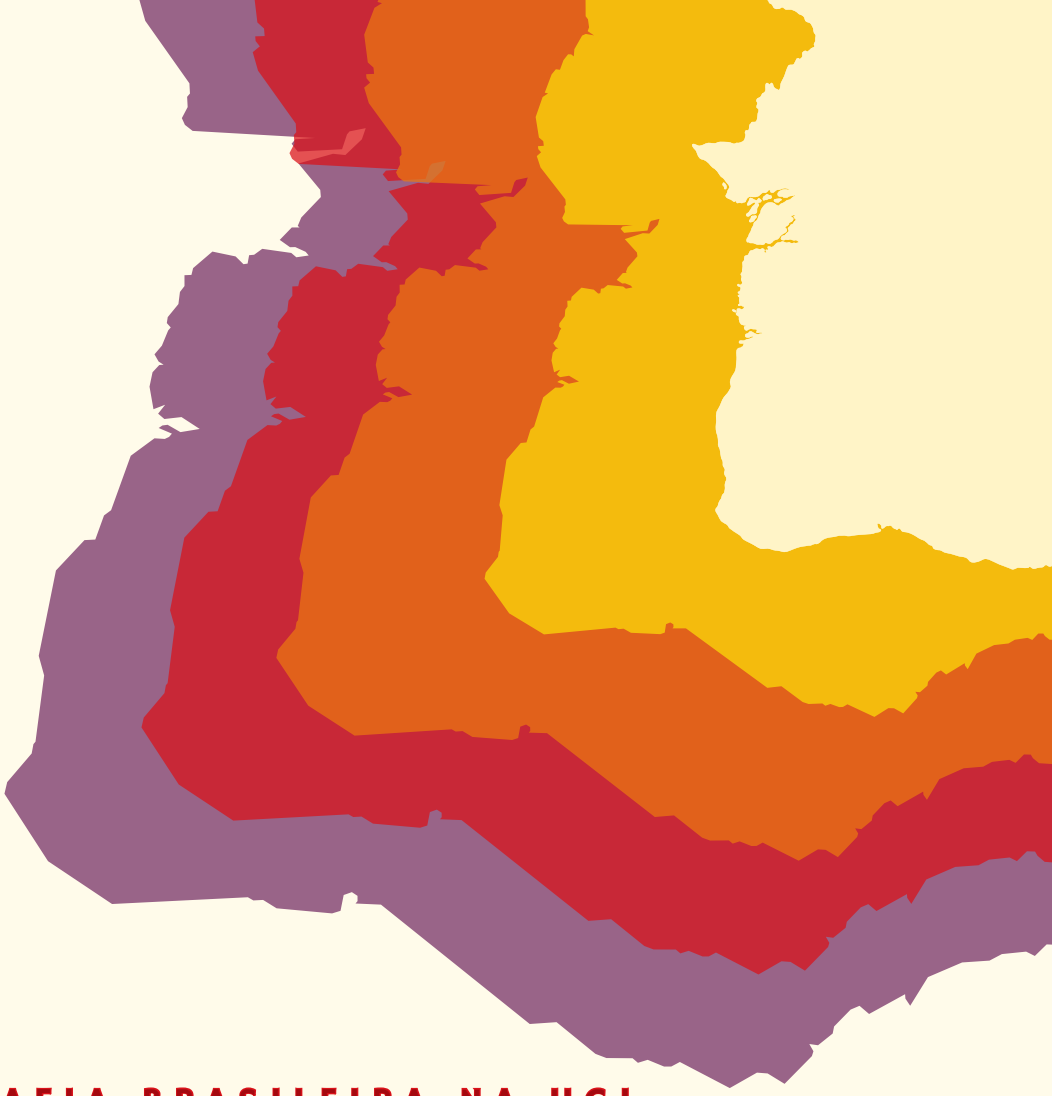
ISSN 1679-768X



ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



DOSSIÊ GEOGRAFIA BRASILEIRA NA UGI

Território, Inovação e Finanças: uma análise das inovações financeiras solidárias a partir da Rede Rio de Bancos Comunitários, Rio de Janeiro, Brasil

Territory, Innovation and Finance: an analysis of solidarity-based financial innovations from the Rio Network of Community Banks, Rio de Janeiro, Brazil

Territorio, Innovación y Finanzas: un análisis de las innovaciones financieras solidarias de la Red de Bancos Comunitarios de Río de Janeiro, Brasil

DOI: 10.5418/ra2025.v21i44.19886

REGINA TUNES
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

V.21 n°44 (2025)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: As inovações financeiras constituem-se em novos produtos, serviços e práticas que apesar de não serem inéditos, já que diversas inovações financeiras marcaram o fluxo de dinheiro anteriormente, têm se multiplicado, no contexto da financeirização das relações sociais e da aceleração inovativa. Esse texto dará ênfase na análise de duas tecnologias sociais – os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e as moedas sociais – que são resultado dos processos de inovações financeiras solidárias. O objetivo desse texto é, assim, analisar e discutir de que forma e até que ponto o paradigma das finanças solidárias, como um elemento das inovações financeiras, que se articulam, com inovações sociais e em políticas públicas, têm a potencialidade de contribuir para o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial. Analisa-se, para isso, a Rede Rio de Bancos Comunitários, formada por 10 municípios no estado do Rio de Janeiro, ressaltando as conexões dessas tecnologias sociais com os princípios da economia solidária e social.

Palavras-chave: inovação financeira; geografia da inovação; finanças solidárias; moedas sociais; bancos de desenvolvimento comunitários.

RESUMEN: Las innovaciones financieras son nuevos productos, servicios y prácticas que, aunque no son inéditos -ya que diversas innovaciones financieras han marcado el flujo del dinero en el pasado-, se han multiplicado en el contexto de la financiarización de las relaciones sociales y la aceleración de la innovación. Este texto hará hincapié en el análisis de dos tecnologías sociales - los bancos de desarrollo comunitario y las monedas sociales - que son el resultado de procesos de innovación financiera solidaria. El objetivo de este texto es analizar y discutir cómo y en qué medida el paradigma de las finanzas solidarias, como elemento de innovaciones financieras articuladas con innovaciones sociales y políticas públicas, tiene potencial para contribuir al desarrollo desde una perspectiva territorial. Para ello, se analiza la Red de Bancos Comunitarios de Río, formada por 10 municipios, destacando las conexiones entre estas tecnologías sociales y los principios de solidaridad y economía social.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Palabras clave: innovación financiera, geografía de la innovación, finanzas solidarias, monedas sociales, bancos comunitarios de desarrollo.

ABSTRACT: Financial innovations are new products, services and practices which, although not unprecedented - since various financial innovations have marked the flow of money in the past - have multiplied in the context of the financialization of social relations and the acceleration of innovation. This text will emphasize the analysis of two social technologies - community development banks and social currencies - which are the result of processes of solidarity-based financial innovation. The aim of this text is to analyze and discuss how and to what extent the paradigm of solidarity finance, as an element of financial innovations that are articulated with social innovations and public policies, has the potential to contribute to development from a territorial perspective. To this end, the Rio Network of Community Banks, made up of 10 municipalities, is analyzed, highlighting the connections between these social technologies and the principles of solidarity and social economy.

Keywords: financial innovation; geography of innovation; solidarity finance; social currencies; community development banks**.**

Introdução

Analisar a relação entre os processos de inovação e o de desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial é um dos objetivos centrais das pesquisas que tratam da Geografia da Inovação. Há algum tempo temos buscado aprofundar essa discussão para entender em que medida os processos contemporâneos de inovação têm a potencialidade de contribuir para o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial.

Inovação é um conceito amplo e plural, como podemos perceber no uso cotidiano e na mobilização dessa noção por diferentes agentes, desde acadêmicos preocupados com a visão mais analítica até gestores públicos que o utilizam para tratar do ponto de vista normativo. Ainda que de natureza polissêmica, é preciso esclarecer que estamos denominando inovação como um processo social que interagem diferentes agentes em busca de respostas, novas ou alternativas as existentes, aos problemas da realidade.

Ainda que a inovação não seja nova, afinal alternativas ou soluções para os problemas da realidade sempre fizeram parte do cotidiano da sociedade, acordamos com Rodrigo Arocena e Judith Sutz (2003) que apontam o atual momento como de uma aceleração inovativa em que os processos de inovação se impõem como imperativos nas relações sociais de produção, o que pode ser também evidenciado pelos debates sobre as transformações sociais relativas a emergência de uma capitalismo cognitivo (Vercellone, 2024).

Há uma larga discussão de matriz multidisciplinar que analisa a potência dos processos de inovação como propulsores de crescimento econômico e desenvolvimento. Podemos dizer que há uma certa crença de que por si só, ou seja, aleijados de outros processos sociais, os processos de inovação e os avanços tecnológicos são garantidores de progresso econômico e social.

Em sentido oposto a esse, ainda que sem negar a potência de certos processos de inovação, as discussões críticas sobre a relação entre inovação e desenvolvimento têm trazido a relevo outros elementos de inovação como as relações de conflitividade e as contradições de um processo social que não pode, nessa visão, ser compreendido distante das relações permeadas pela lógica do capital e sob domínio hoje dos ditames neoliberais.

Do ponto de vista teórico e metodológico, esse texto está alinhado com a segunda perspectiva acima de que é necessário entender a relação território, inovação e desenvolvimento de forma contextualizada em uma sociedade capitalista que tende a estabelecer relações sociais de produção sob égide da lógica da mercadoria, o que significa do ponto de vista socioespacial o reforço de processos ligados ao desenvolvimento geográfico desigual.

Ainda assim, sem se distanciar dessa matriz crítica, esse texto é parte de um projeto de pesquisa que busca avançar na discussão sobre os processos de inovação, na relação com o território, ampliando, o entendimento sobre o conceito de inovação para além da dimensão econômica.

Reconhecemos, como pressuposto da discussão apresentada nesse texto, a multidimensionalidade dos processos de inovação. Não resta dúvida que as inovações econômicas compõem a dimensão mais pesquisada no Brasil a partir da abordagem da Geografia da Inovação. No entanto, dimensões outras dos processos de inovação precisam ser reconhecidos e pesquisados a partir de uma matriz territorial. Estamos nos referindo as inovações sociais, em políticas públicas, imobiliárias e financeiras[1].

Assim, se do ponto de vista da inovação econômica, processo social em que produtos e processos novos ou substancialmente melhorados são produzidos e realizados enquanto mercadoria, a lógica das relações permeadas pelo conflito capital e trabalho se impõe, podemos avultar relações sociais diferentes a partir da análise de dimensões outras do processo de inovação?

Sem a pretensão de responder de forma objetiva a essa complexa questão, o que vamos percorrer nesse texto são caminhos que contribuem para entender a relevância dessa problemática a partir da discussão centrada na categoria território e na ampliação da dimensão econômica da inovação, coadunando com diversas outras contribuições analíticas que são apresentadas ao longo do texto.

O foco desse texto são as inovações financeiras, ainda que em profunda conexão com as inovações sociais e as em políticas públicas. Esse é um dado importante a ser considerado: apesar de reconhecermos distintas dimensões do processo de inovação, isso não significa que existam limites bem definidos entre um e outro. Afinal como um processo social que busca apresentar soluções, novas ou alternativas, para os problemas da realidade, temos que admitir distintas naturezas desses problemas, o que podem envolver diferentes agentes, interesses e respostas.

No que estamos então denominando de uma ampliação do conceito de inovação para além da dimensão econômica, centraremos a discussão do texto em uma dessas dimensões, as inovações financeiras, em especial as que guardam relação com princípios de solidariedade e emancipação social, apresentado na segunda parte desse texto, e que analisa duas tecnologias sociais que são resultados desses processos, os bancos comunitários de desenvolvimento e as moedas sociais no contexto da formação da Rede Rio de Bancos Comunitários, no estado do Rio de Janeiro, apresentada na terceira parte.

Ao final, nas considerações finais, retomamos a problemática central do texto inferindo, como hipótese para seguir no aprofundamento desse debate em outros momentos, que processos de inovação que possuem relação com os princípios solidários e emancipatórios possuem uma maior potencialidade de contribuição significativa para o desenvolvimento em uma perspectiva territorial. Ainda que, mesmo assim, não estão livres de conflitos e contradições que são inerentes as relações sociais capitalistas.

[1] Não temos espaço nesse texto para avançar na apresentação dessas diferenças. Para a discussão de inovações sociais e em políticas públicas sugerimos a leitura dos capítulos presentes na obra Frank Moulaert et al (2013). Fizemos um primeiro esforço de discussão das inovações imobiliárias disponível em texto já publicado (Lencioni; Tunes, 2024). Reconhecemos, por fim, que há muito a avançar no debate de outras dimensões do processo de inovação.

Do ponto de vista metodológico, esse texto foi escrito a partir de levantamento bibliográfico, em especial, sobre as dimensões do processo de inovação na relação com o território, as inovações financeiras a partir do paradigma solidário, assim como as discussões sobre as tecnologias sociais de moedas sociais e bancos comunitários de desenvolvimento que são diversas no Brasil. Além disso, foram realizadas análises de documentação sobre políticas públicas federais e municipais, bem como legislação relacionada à operação de bancos nos municípios que fazem parte da Rede Rio de Bancos Comunitários. Analisamos também dados e relatórios de bancos sobre a situação financeira e social.

Ainda, foram realizados trabalhos de campo nos municípios que fazem parte da Rede. Nessas visitas, o objetivo foi identificar a presença da moeda social na paisagem urbana e entender o uso cotidiano dessa moeda no comércio e nos serviços urbanos. Para isso, realizamos entrevistas com comerciantes, moradores da cidade, funcionários públicos e tomadores de decisão de bancos.

Inovações Financeiras a partir do paradigma da solidariedade

As inovações financeiras são práticas, produtos e serviços novos ou substancialmente alterados que tenham relação com o mundo das finanças, ou seja, com a circulação do capital monetário, industrial e comercial. Bancos digitais, fintechs, criptomoedas, bancos comunitários e moedas sociais são exemplos de inovações financeiras.

O mundo das finanças tem uma propensão a realização de inovação, em especial no sentido de garantir melhores condições para o movimento do capital financeiro, seja no sentido de capturar outras formas do capital, a exemplo da fusão com o capital mercantil ou industrial, seja criando renovadas práticas de obtenção de renda. A articulação entre inovação e tecnologia, na área financeira, tem propiciado uma série de inovações disruptivas, como as transações instantâneas conhecidas no Brasil como PIX ou também o grande volume de *fintechs* que foram criadas nos últimos anos[2].

Assim como diversas outras dimensões do processo de inovação, as inovações financeiras já estão presentes há algum tempo na sociedade, o que significa reconhecer que a circulação do capital na forma das finanças, como aponta François Chesnais (2016), não é nova e tem sua origem no século XIX. No entanto, como o autor aponta, o fenômeno da financeirização, entendido como uma dominância econômica e social de formas meramente simbólicas do capital, é recente e é, para nós, propulsora de processos de inovação financeira[3].

[2] Para se ter uma ideia da expansão das fintechs no Brasil, segundo dados do Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas do Banco Central do Brasil, em 2020 no Brasil estavam autorizadas para a realização de transações financeiras 689 instituições e com um crescimento de contas abertas de pessoa física de mais de 100% entre 2017 e 2020.

[3] Não cabe aprofundar nesse texto as discussões sobre capital financeiro e financeirização, que fogem por demais da problemática central da discussão, No entanto, cabe essa nota de rodapé para esclarecer que discernirmos, a partir do

O conjunto de produtos e serviços criados pelo setor financeiro é bastante abrangente e, nesse texto, alguns critérios foram definidos para a seleção de tecnologias ligadas às finanças para análise aprofundada. Considerando a problemática da pesquisa já apresentada e a preocupação em analisar, em especial, as finanças que guardam relação com processos sociais de emancipação e solidariedade, selecionamos para debate as inovações financeiras solidárias, um subconjunto que se diferencia das tradicionais no sentido de que estão relacionadas com outras formas de racionalidade, no sentido apontado por Milton Santos (2002).

As outras formas de racionalidade, que Santos (2002) denominou como sendo racionalidades paralelas, divergentes ou simplesmente contra racionalidades, é o oposto da racionalidade hegemônica, esta última "desejosa de tudo conquistar" (Santos, 2002, p.209). Já as contra racionalidades "localizam-se entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias" (op. cit., p.210). Geograficamente, segundo o autor, são encontradas em áreas menos modernas, mais opacas e irracionais para os usos hegemônicos.

Enquanto as tecnologias convencionais se relacionam com a racionalidade hegemônica, as tecnologias sociais, ao contrário, devem ser consideradas na lógica das contra racionalidades. Tecnologias sociais, como Renato Dagnino (2014) discute, tem a ver com fatores sociais, culturais, políticos que se relacionam com políticas públicas de forte incidência territorial. São opostas às tecnologias convencionais, pois estão voltadas para a diminuição das assimetrias ou disparidades de condições de trabalho e remuneração, tem uma forte inclinação a promover processos de inclusão social, possuem uma dimensão tácita muito significativa e são resultantes de conhecimento criado e apropriado coletivamente pelos agentes diretamente interessados na aplicação.

Os bancos comunitários de desenvolvimento e as moedas sociais são tecnologias sociais. Ambas são produtos de processos de inovações financeiras solidárias que podem ser considerados contra hegemônicos pois tendem a ser, do ponto de vista social, inclusivas e em termos geográficos a atuar em espaços opacos e pobres. O paradigma das finanças solidárias, que incluem também os fundos solidários e as cooperativas de crédito solidário, deve ser entendido como um conjunto de práticas financeiras que não tem como objetivo central a geração de juros e de diversas formas de renda, como o setor financeiro tradicional. O propósito das iniciativas que fazem parte das finanças solidárias é mais social do que econômico, como aponta Silva (2017). Apoiam-se em relações de proximidade e confiança mútua e estão localizados, na maior parte dos casos, em áreas de elevado grau de exclusão social, vulnerabilidade social e pobreza.

Reconhece-se, assim, que o paradigma das finanças solidárias são "arranjos alternativos ao setor financeiro tradicional que se valem do associativismo e da proximidade para reduzir custos de transação e

postulado por Chesnais (2016), que capital financeiro não pode ser confundido com financeirização, ainda que se reconheça que ambos são momentos do processo global de acumulação do capital.

propiciar serviços orientados às necessidades da população residente em áreas periféricas" (Silva; Pereira, 2023, p.9).

O paradigma solidário está bem próximo dos princípios da Economia Solidária (Singer, 2002). A Economia Solidária, no Brasil, possui uma dimensão da prática do cotidiano, é um conceito analítico e tem uma dimensão normativa[4]. Do ponto de vista da prática, ou seja, das atividades cotidianas, a Economia Solidária faz parte da sobrevivência diária de muitos cidadãos em países pobres, especialmente na América Latina, que vivem de atividades econômicas relacionadas a empreendimentos solidários[5], como os mercados, ações coletivas, movimentos sociais, entre outras.

Como conceito normativo, no Brasil, desde 2004 temos a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, criada no primeiro mandato do Governo Lula, como parte do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2024 foi promulgada a Lei Paul Singer, a Política Nacional de Economia Solidária e criado o Sistema Nacional de Economia Solidária (Lei 15.068/24)[6]. Trata-se, portanto, de uma política pública com forte atuação territorial com o objetivo de estimular redes e empreendimentos solidários que possam contribuir para a geração de trabalho e renda através da organização cooperarada, auto-gestionada e solidária de ações econômicas. Importante citar que com a difusão das ideias e princípios da Economia Solidária a partir da atuação da Secretária Especial, diversos estados e municípios no Brasil também criaram políticas próprias de fomento às atividades econômicas solidárias.

Do ponto de vista analítico, a Economia Solidária representa um esforço para estabelecer um conjunto de práticas sociais baseadas na organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos para gerar renda e fortalecer os processos de desenvolvimento local.

Segundo Paul Singer (2002), o que diferencia os empreendimentos da economia solidaria é a relação estabelecida entre capital e trabalho. Enquanto nas empresas capitalistas a organização de trabalho se dá através da separação hierárquica entre diferentes níveis de poder, em especial, entre patrão e empregados, na economia solidária não existe essa separação, já que que todos os trabalhadores são responsáveis pela empresa na qual atuam.

A Economia Solidária tem quatro pilares: cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. Nas finanças solidárias os quatro estão presentes. Isso porque as práticas financeiras solidárias não visam a

[4] Essas três dimensões conceituais – da prática, analítico e normativo – foi discutido por Rogerio Haesbaert (2014) à luz das concepções filosóficas de Gilles Deleuze e Félix Guatari.

[5] Empreendimentos de Economia Solidária é um conceito dentro da Economia Solidária que faz referência as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária.

[6] O economista Paul Singer, um dos grandes contribuidores para o debate de Economia Solidária no Brasil, foi o primeiro secretário especial de economia solidária e colaborador da Política Nacional de Economia Solidária que foi sancionada 10 anos após a apresentação do primeiro texto. Texto da lei disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-12-23;15068. Acesso em 08/03/2025.

acumulação do capital já que as ações econômicas estão subordinadas aos objetivos sociais. Os empreendimentos são baseados em relações de proximidade e são gerenciados pela comunidade local, o que resulta em um controle social e democrático do dinheiro, como apresentamos no caso da Rede Rio de Bancos Comunitários a seguir.

Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Moedas sociais: uma análise da Rede Rio de Bancos Comunitários

A Rede Rio de Bancos Comunitários foi criada em 2023 e é composta por 10 municípios do estado do Rio de Janeiro que possuem Bancos Comunitários de Desenvolvimento com moedas sociais em circulação ou em projeto de difusão. Foi uma iniciativa dos gestores do Banco Mumbuca, o banco do município de Maricá, como encaminhamento final do III Encontro de Gestores, Articuladores e Pesquisadores em Economia Solidária (EGAPES), realizado em novembro de 2023 no município.

Os municípios que fazem parte, assim como o nome dos bancos e o ano de criação, podem ser observados na figura 1. É importante assinalar que os bancos e moedas sociais dos municípios estão em diferentes estágios de maturação. O mais antigo, dentre os 10 do mapa, é de Maricá, criado em 2013. Os demais são bancos e moedas criadas no contexto pós-pandemia e muitas iniciativas, como os próprios gestores apontaram em entrevista, têm relação com apoio do Estado à população local como uma forma de mitigação do aumento da pobreza e da vulnerabilidade social associada à pandemia.

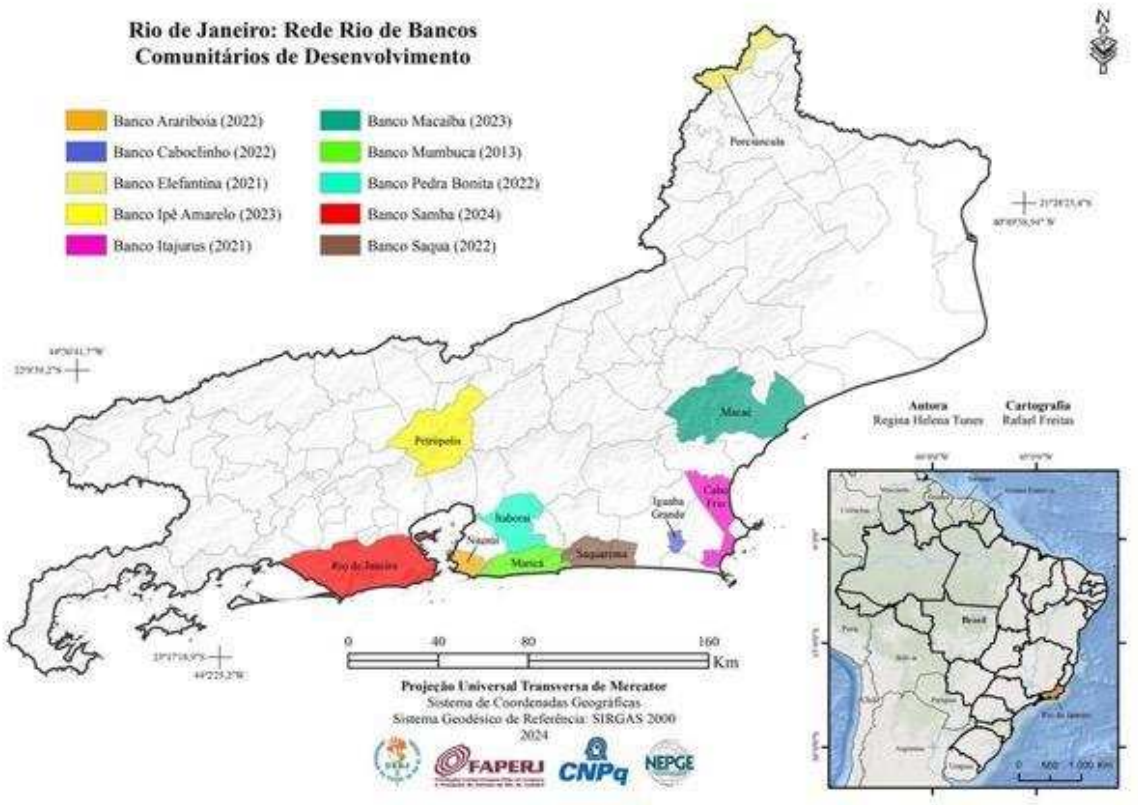


Figura 1 – Rede Rio de Bancos Comunitários

Org. da autora

Importante ainda assinalar, a partir da observação do mapa, que os municípios que fazem parte da Rede são muito diferentes e ocupam distintas posições na rede urbana do estado. Interessante notar tanto municípios de porte maior, como o Rio de Janeiro[7] e Niterói, o primeiro a metrópole fluminense, como também municípios que atuam como cidades médias, a exemplo de Petrópolis, Maricá, Cabo Frio e Macaé, e pequenos municípios como Itaboraí, Saquarema, Iguaba Grande e Porciúncula. Isso evidencia que os processos de inovação não são necessariamente um fenômeno metropolitano e podem ser encontrados em cidades de distintas posições na rede urbana nacional (Tunes; Rodrigues, 2025).

A Rede Rio de Bancos Comunitários faz parte da Rede Nacional de Bancos Comunitários, criada em 2006 dentro da política pública de Economia Solidária e tem como missão o estímulo a criação de mais

[7] Cabe uma nota sobre a situação do Rio de Janeiro. Apesar de ter ingressado como parceiro na Rede, a moeda social, chamada de samba, não entrou em circulação até 2025. Foi uma promessa na campanha do prefeito Eduardo Paes a reeleição em 2024. A proposta é que essa moeda seja implementada em alguma favela do município para fomentar o comércio local.

empreendimentos financeiros solidários a partir da experiência exitosa do Instituto Palmas, protagonista no Brasil na criação de banco comunitário e moeda social na periferia de Fortaleza, no estado do Ceará.

O Banco Palmas, criado em 1998 em uma área pobre e periférica da capital cearense, inicialmente oferecia apenas microcrédito para a população que vivia na área. Importante assinalar que para os trabalhadores informais, perfil de parte considerável dos moradores da periferia das grandes cidades brasileiras, o acesso ao crédito nos bancos tradicionais é improvável, já que as condições exigidas envolvem a comprovação de renda e o contrato de trabalho, inexistentes na situação da informalidade.

Com o crescimento das atividades do banco e a partir de uma parceria com a Secretária Especial de Economia Solidária, em 2005, o Instituto Palmas passou a operar como correspondente bancário, criou a moeda social Palmas e passou a promover o conceito e a prática dos bancos comunitários e da moeda social no Brasil.

Atualmente existem 124 Bancos Comunitários de Desenvolvimento que fazem parte da Rede Nacional de Bancos Comunitários, como podemos observar na figura 2. O mapa representa a distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (CDBs) no Brasil por estados. É interessante notar, em primeiro lugar, que, embora a escala do mapa não nos permita identificar, a maior parte dos bancos comunitários estão localizados em áreas periféricas, favelas e áreas socialmente excluídas, seja de metrópoles, cidades médias ou pequenas cidades. Nas áreas metropolitanas, há uma proliferação de moedas em bairros e favelas, destacando a importância da proximidade, que uma grande metrópole não permite.

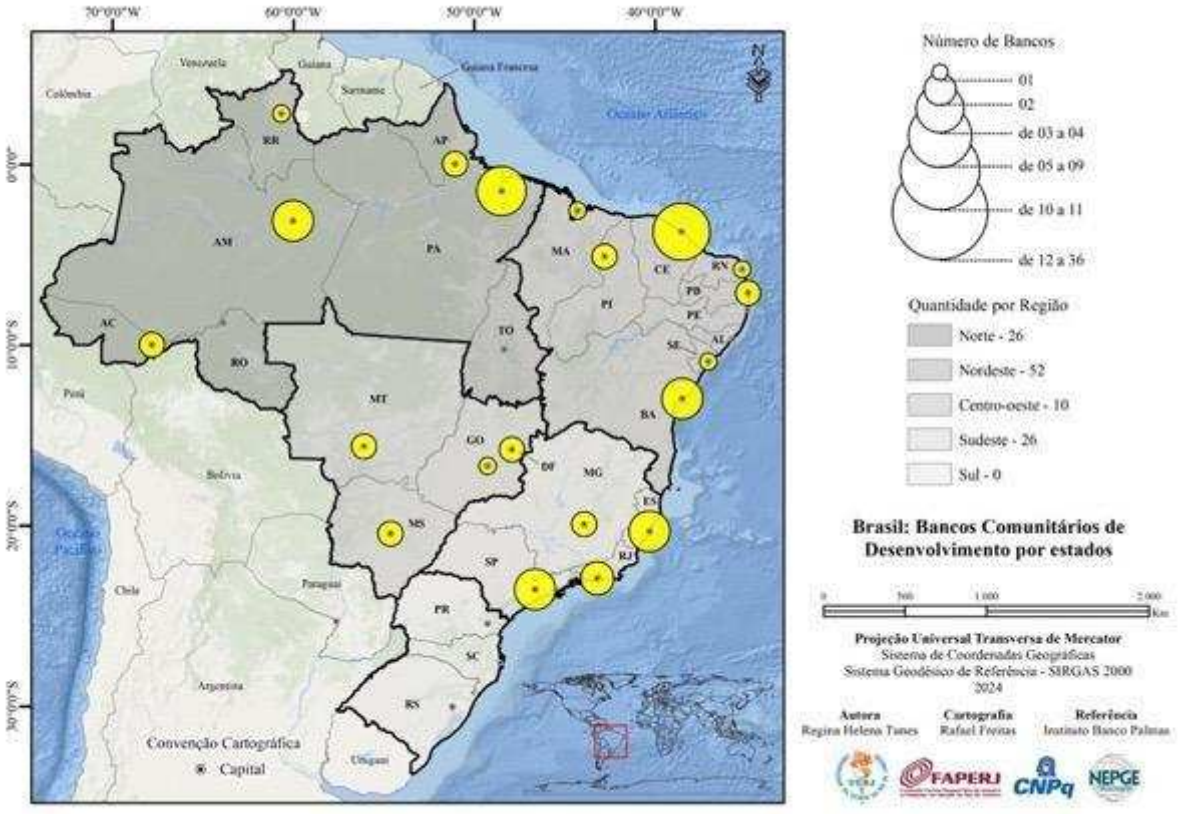


Figura 2 – Brasil: Bancos Comunitários de Desenvolvimento por estados – 2023

Org. da autora

No mapa da figura 2 destaca-se o estado do Ceará que possuía em 2023 trinta e seis bancos comunitários. A região Nordeste concentra a maior parte desses bancos, embora possamos identificar também várias iniciativas em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Interessante ainda notar no mapa que nos estados da região Sul do Brasil não há nenhuma iniciativa que faz parte da Rede Nacional de Bancos Comunitários.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, segundo publicação da Rede Nacional, têm três objetivos principais que se relacionam com características gerais da criação e atuação dessas instituições financeiras O primeiro deles, já citado anteriormente no texto, é a promoção de desenvolvimento territorial já que atuam em territórios de concentração de população de baixa renda que possui elevado grau de exclusão social, vulnerabilidade e desigualdade social.

O segundo é a criação de redes locais de produção e consumo promovendo, assim, um desenvolvimento endógeno do território. Dessa forma, os bancos apoiam empreendimentos e distintas formas de circulação da mercadoria ou de oferta dos serviços, como, por exemplo, feiras, lojas de produtos

solidários, centrais de comercialização, festivais, dentre outras iniciativas. Os bancos também propiciam a circulação do dinheiro, em especial a partir das moedas sociais, na escala local o que contribui para a promoção de crescimento econômico através da abertura de novos empreendimentos, aumento do consumo local e geração de empregos formais e informais.

O apoio às iniciativas de Economia Solidária é o terceiro objetivo dos bancos. Retomando os princípios da Economia Solidária, os quatro princípios são parte das práticas do banco. Primeiro que, quando se trata de autogestão, as comunidades decidem sobre a criação do banco, tornando-se também gestora e proprietária da instituição. A cooperação e a solidariedade fazem parte do cotidiano tanto da gestão do banco, autogestada e comunitária, como também se apresenta na forma como se relaciona com as pessoas e com os empreendimentos solidários[8]. Por fim, a intensificação da ação econômica por parte da comunidade em que o banco está inserido é uma consequência da ação do banco e da promoção das moedas sociais.

Para sintetizar, os "Bancos Comunitários de Desenvolvimento são instituições que buscam promover circuitos integrados de desenvolvimento local, interligando as demandas de crédito com práticas de produção, comercialização, capacitação e assistência técnica, sob a gestão da própria comunidade" (Silva e Pereira 2023, p.10).

As moedas sociais são também uma tecnologia social associada às inovações financeiras solidárias. A moeda social, um tipo monetário social que circula localmente e que intermedeia as relações entre produtores previamente cadastrados e consumidores que possuem uma conta ativa no banco comunitário, com equiparação monetária com a moeda nacional, o Real, foi uma das tecnologias sociais difundidas pelo Instituto Palmas para diversos municípios do país. No Rio de Janeiro, na Rede Rio de Bancos Comunitários, cada município tem desenvolvido a própria moeda social (que pode ser identificada na legenda do mapa na figura 1), buscando, por meio de políticas públicas sociais, a difusão e maior capilaridade no território.

A abrangência de atuação das moedas sociais pôde ser constatada em trabalho de campo realizado nos municípios da Rede Rio de Bancos Comunitários entre os meses de fevereiro e maio de 2024. A figura 3, que apresenta algumas fotografias registradas nos campos, evidencia a presença marcante das moedas sociais no cotidiano das cidades.

[8] Um exemplo disso é o aval para a contratação de crédito, uma garantia exigida pelos bancos para avalizar um empréstimo a uma pessoa ou uma empresa. Nos bancos comunitários, o aval é solidário pois a garantia para os empréstimos é dada pelas relações de proximidade e confiança entre as pessoas.



Figura 3 – Rede Rio de Bancos Comunitários: presença das moedas sociais nos mercados e na paisagem local
Org. da autora

Nas fotografias temos registros de atuação e presença do Banco Comunitário e da moeda social em três municípios da Rede Rio. Em sentido horário, a primeira foto é o registro do cartão da moeda social Saquá, de Saquarema, a segunda foto de um estabelecimento comercial do centro da cidade de Maricá que anuncia a aceitação da moeda social Mumbuca para transações comerciais e a terceira foto de uma das unidades gestoras do banco Araribóia, no município de Niterói.

Primeiro, é preciso reconhecer que os bancos dos dez municípios que fazem parte da Rede Rio estão em estágios diferentes em relação ao alcance do banco e da moeda social. Sem dúvida, Maricá é o caso mais antigo e com maior presença nas relações sociais cotidianas na cidade e, por isso, discutimos alguns dados mais específicos desse banco logo a seguir. A moeda social hoje existente em todos os municípios da Rede Rio é digital e funciona por meio de um cartão (mostrado primeira imagem da figura 3). Existe uma plataforma digital – e-dinheiro - criada pelo Banco Palmas que gerencia cada banco. Essa plataforma permite que as transações bancárias sejam monitoradas e que a moeda social seja trocada pela moeda nacional, o Real, pelos comerciantes que aceitam a moeda social. Nas entrevistas, pudemos ver que, se por um lado, o uso do cartão digital facilita as transações que são unificadas por meio desse aplicativo, por outro lado, traz

conflitos relacionados ao uso de um aplicativo por uma parte da população que é pobre e muitas vezes não conhece essa tecnologia.

Ainda na figura 3 chamamos a atenção para a fotografia de Maricá que reforça, a nosso ver, a importância social dos bancos comunitários e de como a circulação da moeda social tem o potencial de constituir um circuito contra hegemônico que rivaliza, em certo sentido, com a racionalidade hegemônica (Santos, 2003), como já destacamos anteriormente. Na imagem, vemos um estabelecimento que anuncia, lado a lado, que aceita o cartão mumbuca, a moeda social de Maricá, ao lado de duas redes gigantes do mercado financeiro, a Mastercard e a Visa.

Em Maricá o Banco de Desenvolvimento e a moeda social, ambos denominados de Mumbuca, é a iniciativa mais longeva entre as atualmente existentes na Rede Rio. Mais antiga, mas é preciso assinalar que não foi a primeira do estado do Rio de Janeiro. O município de Silva Jardim, pequeno município de cerca de 20 mil habitantes, em 2010, criou por meio de uma política pública um banco comunitário e uma moeda social chamada Capivari. No entanto, apenas dois anos depois, com a mudança política nas eleições municipais, a política de economia solidária, promulgada junto com a criação do banco e da moeda social, foram descontinuadas.

O caso de Silva Jardim evidencia uma das fragilidades relativas aos bancos e moedas sociais quando, em especial, essas iniciativas surgem exclusivamente da ação de políticas públicas sem conexão com demandas ou encaminhamentos das comunidades locais. Em outras palavras, os bancos e moedas sociais para se tornarem sustentáveis do ponto de vista das relações sociais locais devem ser apropriados pelas comunidades, o que pode acontecer quando ambos são demandas sociais, portanto surgem de iniciativas sociais que posteriormente são reconhecidos em termos de políticas públicas, ou quando, ainda que sob liderança inicial do Estado, tais iniciativas são transferidas para gestão da sociedade civil que a difunde pelo território.

Esse segundo caso foi o que ocorreu em Maricá que, como já dissemos, é a iniciativa mais antiga e com maior presença nas relações sociais cotidianas da cidade entre as que fazem parte da Rede Rio. O Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá[9] foi criado em 2013 com um conjunto de iniciativas sociais e econômicas para fazer frente ao quadro de intensa vulnerabilidade social no município.

Maricá é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com uma população de pouco menos de 200 mil habitantes, número esse que teve um incremento entre 2010 e 2022 muito superior à média nacional e estadual fluminense, segundo dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de

[9] Lei n. 2448, de 26 de junho de 2013, do município de Maricá. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br//2013/07/jom. Acesso em 16/09/2024.

Geografia e Estatística (IBGE)[10]. Está situado na borda leste da Região Metropolitana e faz parte dos municípios em posição confrontante a Bacia de Santos, uma das maiores bacias sedimentares de exploração de petróleo e gás natural *offshore* do Brasil, o que significa, em termos de movimento financeiro, uma participação significativa nos *royalties*[11] advindos da atividade extrativa mineral petroleira brasileira.

As receitas advindas da exploração do petróleo e gás natural na Bacia, que desde 2018 colocam Maricá como o município que mais recebe esses recursos no Brasil, permitiu a criação de um fundo financeiro, denominado de Fundo Banco Comunitário Popular de Maricá, que dá sustentação financeira as diversas operações do banco[12]. Desde 2017 o Banco é uma associação comunitária, ou seja, é gerida pela comunidade e não pertence ao quadro institucional municipal, o que garante, segundo Natalia Sciammarela, diretora financeira do banco, autonomia nas decisões e nas políticas de concessão de crédito e de difusão da moeda social[13]. Ainda que, é preciso ressaltar, a prefeitura seja, segundo ela, o principal operador do banco já que todas as operações creditícias dentro da política de transferência de renda municipal, um complemento dado pela Prefeitura aos beneficiários do programa federal Bolsa Família, são pagos por meio da moeda social e, portanto, realizado através do Banco Mumbuca.

Acredita-se que o grande impulso da moeda social e do próprio Banco, o que garante hoje, em certa medida, a constituição de ambos como políticas sociais perenes no município foi o lançamento em 2019 do programa Renda Básica da Cidadania. Esse programa de transferência de renda municipal tem como base a lei federal 10.835/2014 que trata justamente da criação da Renda Básica da Cidadania, uma renda paga pelo Estado aos cidadãos que atenderem a certos requisitos estipulados pelos órgãos municipais ou estaduais. No caso de Maricá, esse programa é destinado aos moradores que residem há, no mínimo, 3 anos na cidade, que estejam inscritos no Cadastro Único da União (CadÚnico)[14] e que tenham uma renda familiar de até três salários-mínimos.

Esse programa foi ainda mais importante no contexto da pandemia de Covid-19, tendo inclusive o valor de repasse mensal aumentado nesse período de acordo com o número de pessoas por família, com uma das formas de mitigação do aumento da extrema pobreza no município. Esse contexto amplo – de criação da

[10] Dados disponíveis no Portal Cidades@ do sítio eletrônico do IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/marica.html. Acesso em 15/05/2024.
[11] Os royalties são compensações financeiras pagas mensalmente pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural, calculados a partir da produção bruta de óleo e gás do campo de exploração para os municípios limítrofes à exploração *offshore* extrativa mineral.
[12] Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), no ano de 2024 as receitas recebidas por Maricá na forma de royalties foi de mais de 4 bilhões de reais. Dados disponíveis em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties. Acesso em 02/02/2025.
[13] Entrevista realizada na sede do Banco Mumbuca, em Maricá, no dia 12 de dezembro de 2023.
[14] Cadastro Único da União, CadÚnico, é uma ferramenta criada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, da União, que serve de base para diversos programas sociais, como o Bolsa Família por exemplo, e que cadastra as famílias de baixa renda no país.

política da renda básica e da ampliação no contexto pandêmico – fez com o que a moeda social e o Banco crescessem no município em termos de adesão da sociedade e de circulação da moeda nas transações comerciais e de serviços locais. Os gráficos das figuras 4 e 5, a seguir, apresentam alguns números que evidenciam essa situação.

O gráfico a seguir apresenta os depósitos, uma das formas de movimentação financeira do banco, entre 2018 e 2020, segundo dados do Anuário Especial do Banco Mumbuca (2023). Como podemos observar no gráfico o período de maior crescimento foi ano de 2020, ano de início da pandemia e de maior apoio por meio de transferência de renda por parte da prefeitura de Maricá aos moradores da cidade.

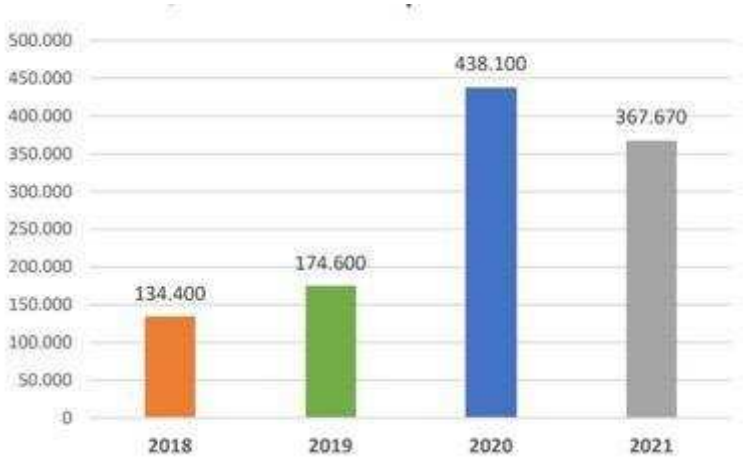


Figura 4 – Banco Mumbuca: quantidade de depósitos realizados no banco – 2018 e 2020.

Fonte: Banco Mumbuca (2023). Org da autora

O gráfico da figura 5 apresenta, para o mesmo período, o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços locais cadastrados no banco. O cadastro do estabelecimento é um pré-requisito para o estabelecimento realizar operações mercantis e financeiras a partir da moeda social. Isso significa, na prática, a possibilidade de o estabelecimento receber a moeda social em troca de uma dada mercadoria ou da prestação de um serviço e ao uso da moeda social na compra de produtos para o abastecimento do estoque ou de produtos para o oferecimento do serviço desde que a compra seja realizada na própria cidade de Maricá. Também ainda é possível o câmbio de moedas, de Mumbuca para Real, nesse último caso é cobrado pelo banco uma porcentagem da transação cambial entre moedas.

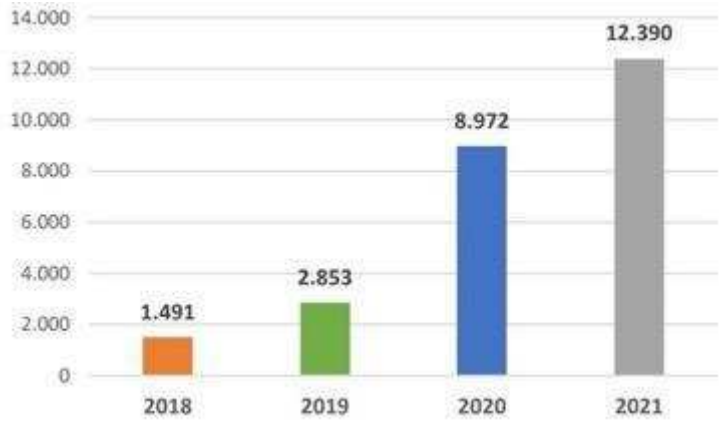


Figura 5 – Banco Mumbuca: estabelecimentos comerciais e de serviços cadastrados – 2018 e 2021

Fonte: Banco Mumbuca (2023). Org da autora

De forma muito semelhante ao evidenciado no gráfico da figura 4, os dados de estabelecimentos comerciais e de serviços cadastrados no banco e, portanto, aptos às transações com a moeda social entre 2018 e 2020 também tiveram um grande crescimento, em especial a partir de 2020. O interessante, nesse caso, é que em 2021 o crescimento continuou sendo pronunciado, o que significa que o número de estabelecimentos que aceitam o pagamento com Mumbuca tendeu a crescer ainda mais.

Na entrevista que realizamos com a diretora financeira do Banco, Natalia Sciammarela, questionamos quais as estratégias inicialmente utilizadas pelo Banco para que os empresários da cidade conhecessem a possibilidade de transação mercantil a partir da moeda social e confiasse na estabilidade financeira do banco. Ela nos informou que nos primeiros anos, em especial até 2019, funcionários do banco procuravam os empresários e donos de estabelecimentos da cidade para apresentar o banco e as funcionalidades de uso da conta jurídica digital do banco. Mas que, a partir de 2020 com o aumento da circulação da moeda social na cidade, os donos de estabelecimentos e empresários passaram a procurar diretamente o banco com interesse em operar transações mercantis e financeiras com o Banco Mumbuca. Isso inclui mais recentemente empresários do ramo de comércio de atacarejo que tem instalado unidades de grande porte no município.

O último gráfico, da figura 6, representa no período entre 2018 e 2021 as transações financeiras realizadas por meio da Plataforma e-dinheiro. Como já dito anteriormente, essa plataforma foi criada pelo Instituto Palmas e apoia a todos os Bancos Comunitários no Brasil que fazem parte da Rede Nacional de Bancos Comunitários. Assim, as moedas sociais que circulam nos municípios e bairros têm a forma digital, não tendo mais a impressão física da moeda.

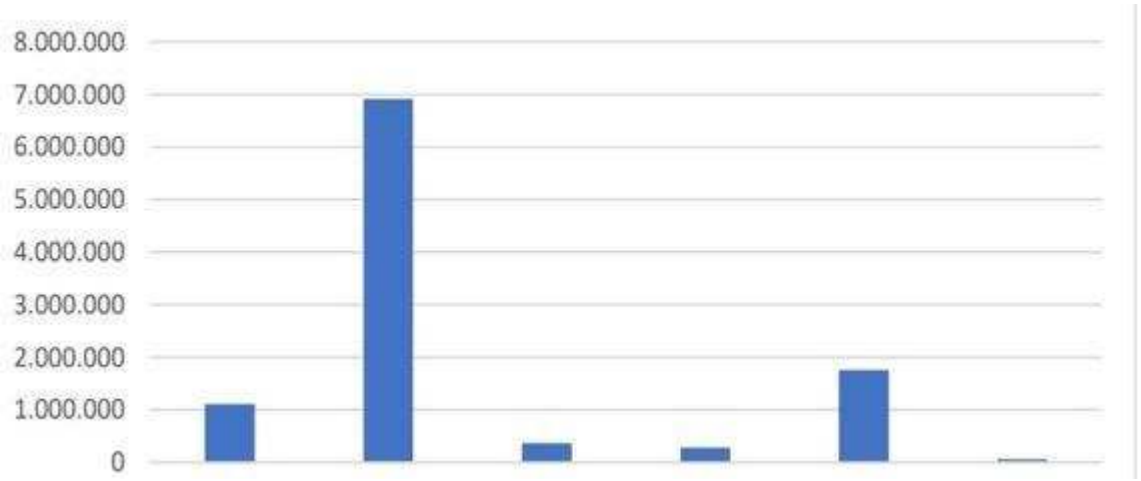


Figura 6 – Banco Mumbuca: transações realizadas por meio da Plataforma e-dinheiro – 2018 a 2021

Fonte: Banco Mumbuca (2023). Org da autora

Por fim, o gráfico da figura 6 revela que dentre o período entre 2018 e 2021 a principal transação financeira em Mumbuca registrada na plataforma e-dinheiro foi para o consumo em estabelecimentos comerciais e de serviços. Isso significa que a maior parte da moeda social circulou entre consumidores e comerciantes ou prestadores de serviços fomentando o comércio local, o que corrobora com uma das principais finalidades de um banco comunitário e de uma moeda social no sentido da promoção do desenvolvimento territorial por meio de redes locais de produção e consumo.

Considerações Finais

Os bancos comunitários de desenvolvimento e as moedas sociais são tecnologias sociais advindas de processos de inovações financeiras solidárias em que os quatro princípios da Economia Solidária - cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica – estão mobilizados e intensamente imbricados.

Essas tecnologias, diferentemente das tecnologias hegemônicas, operam no sentido do estabelecimento de contra racionalidades ao conectar a circulação do dinheiro com a criação de redes locais de produção e consumo e ao apoiar empresas solidárias em suas estratégias de comercialização de prestação de serviços, em especial nas áreas com alto grau de exclusão social, vulnerabilidade e pobreza.

Nesse sentido, a análise dos bancos comunitários e das moedas sociais evidenciaram que podemos relacionar inovações financeiras solidárias com o desenvolvimento em uma perspectiva territorial. O exemplo de Maricá, município que faz parte da Rede Rio de Bancos Comunitários e tem a mais longeva experiência com as duas tecnologias sociais analisadas, comprova a potencialidade desses processos de inovação.

Ainda assim, mesmo considerando que o princípio solidário tem a potencialidade de promover uma relação entre inovação financeira e desenvolvimento territorial, é preciso reconhecer conflitos e limitações que são presentes nesses processos e, para encerrar esse texto, destacaremos três conflitos que foram evidenciados ao longo da pesquisa.

Um primeiro conflito que precisa ser indicado é a relação ainda frágil das inovações financeiras solidárias com o aspecto normativo das operações realizadas pelos bancos. Não há ainda no Brasil, do ponto de vista das normas, alguma legislação federal que reconheça os bancos comunitários como um agente financeiro. A Rede Nacional de Bancos Comunitários, por meio de representações e apoios políticos, pressiona o governo federal para o reconhecimento legal dos bancos e a criação do denominado Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. No entanto, até 2024, para a operação financeira os bancos são reconhecidos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que possui legislação que as regulam, mas que não as reconhecem como agentes financeiros no país.

A segunda limitação que precisa ser indicada é a instabilidade dessas iniciativas quando apenas apoiadas por gestões públicas municipais que, como aconteceu no município de Silva Jardim, podem ser impactadas por mudanças eleitorais. Assim, iniciativas que tem pouca ou nenhuma apropriação por parte das comunidades, sejam de bairros ou de municípios, dificilmente conseguirão prosperar e se constituir como uma política sólida de apoio a iniciativas sociais e solidárias.

Por fim, é preciso avaliar com mais cuidado a circulação da moeda no formato totalmente digital, a exemplo das moedas sociais dos bancos comunitários que fazem parte da Rede Nacional que tem o Instituto Palmas e a plataforma e-dinheiro como base para as operações financeiras. Ainda que se reconheça a potência de uma rede nacional e o relevante aprendizado do Instituto Palmas com a moeda e banco

homônimo, considerando o fato de que os bancos e as moedas operam em áreas de concentração de índices de pobreza e com uma população com elevado grau de vulnerabilidade social e econômica, nos parece que o manuseio do dinheiro por meio de uma plataforma digital, que exige um smartphone, o acesso à internet e um conhecimento digital, não seja a forma que melhor promova inclusão financeira e apoio à atividades econômica solidárias.

Referências Bibliográficas

AROCENA, Rodrigo; SUTZ, Judith. Subdesarrollo e Innovación. Navegando contra el viento. Organización de Estados Iberoamericanos. Madrid: Cambridge University Press, 2003.

BANCO MUMBUCA. Anuário Especial 2013-2023. Maricá, Banco Mumbuca, 2023. Disponível em: https://fliphtml5.com/lljee/nnaf/ANU%C3%81RIO_MUMBUCA/. Acesso em 12/08/2024.

CHESNAIS, François. Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slum. Boston: Brill Academica Pub., 2016.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

LENCIONI, Sandra; TUNES, Regina. Inovação na locação residencial nas metrópoles latinoamericanas. Geo UERJ, n. 44, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.82985. Acesso em 02/02/2024.

MOULART, F.; MacCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; HAMDOUCH, A. The international handbook on social innovation. Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research. Cheltenham/Northampton, Edward Elgar Publishing, 2013.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. Banco comunitário: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SILVA, Sandro P. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Texto para Discussão No. 2270. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

SILVA, Sandro P.; PEREIRA, Camila A. Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ). Texto para Discussão No. 2843. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), janeiro de 2023.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TUNES, Regina; RODRIGUES, Thiago. Innovación, Ciudades Medias y Desarrollo Urbano: um analisis de la Red Rio de Bancos Comunitários, 2025, no prelo.

VERCELLONE, Carlo. Conhecimento e relação capital/trabalho na dinâmica do capitalismo: a abordagem marxista da tese do capitalismo cognitivo. **Geo UERJ**, *[S. l.]*, n. 44, 2024. DOI: 10.12957/geouerj.2024.82992. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/82992. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOBRE A AUTORA

Regina Tunes - Professora do Departamento de Geografia Humana e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: tunesregina@gmail.com

Data de submissão: 01 de janeiro de 2024

Aceito para publicação: 23 de abril de 2025

Data de publicação: 27 de junho de 2025